



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 07, pp. 37621-37626, July, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19349.07.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

Bruna Nascimento Vicenzott¹, Juliana Monteiro Maia², Marília de Paiva Pereira³, Sara Souza de Jesus de Oliveira¹, Sebastião Rodrigo do Remédio Souza de Oliveira⁴, Alessandra Epifanio Rodrigues⁵, Izabelle Pereira Andrade⁵, Maria Nádia Alencar Lima⁶, Mônica Calixto da Silva⁵, Vanessa Mayara Souza Pamplona^{5*}

¹Engenheira Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), ²Graduanda em Agronomia pela UFRA, ³Graduanda em Zootecnia pela UFRA, ⁴Mestrando em Ciências Florestais pela UFRA, ⁵Docente da UFRA, ⁶Pedagoga da UFRA

ARTICLE INFO

Article History:

Received 09th April, 2020
Received in revised form
30th May, 2020
Accepted 14th June, 2020
Published online 24th July, 2020

Palavras-chaves:

Assistência, Perfil, Auxílio,
Diferenças, Incentivo.

*Corresponding author: *Vanessa Mayara Souza Pamplona*

RESUMO

O processo de democratização de acesso às universidades fez com que as Instituições de Ensino Superior apresentassem variações individuais que demandaram estratégias e planejamentos dos gestores, com a finalidade de mudanças para se adequar a realidade dos alunos, não somente para o ingresso no ensino superior, mas também no risco de evasão. A assistência estudantil é um mecanismo também de democratização das oportunidades de acesso e permanência de alunos nas universidades. Os dados coletados foram obtidos por meio de um questionário, com objetivo de diagnosticar o perfil dos alunos, caracterizando as diferenças socioeconômicas e culturais existentes, dimensionando a assistência estudantil, observando a demanda potencial da instituição. Dentre os principais resultados, o estudo mostrou que 68,67% dos alunos estão na faixa de 19 a 23 anos, 58,33% são do sexo feminino, a maioria é solteiro(a) e utilizam o transporte público (70,59%) como meio de transporte para universidade. Na condição de moradia 34% dividem o aluguel com terceiros, a maioria dos estudantes não trabalha e 75% não recebem qualquer tipo de auxílio da instituição. A maioria (97,02%) não são beneficiários de programas sociais, e 43,86% dos alunos estão inseridos em programas de apoio a pesquisa, mas apenas 20% destes recebem algum tipo de remuneração.

Copyright © 2020, *Bruna Nascimento Vicenzott et al.* This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: *Bruna Nascimento Vicenzott, Juliana Monteiro Maia, Marília de Paiva Pereira, Sara Souza de Jesus de Oliveira et al.* "Diagnóstico socioeconômico de alunos de graduação de uma universidade pública federal", *International Journal of Development Research*, 10, (07), 37621-37626.

INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas, foi motivada por incentivos implementados pelo governo federal, nas instituições públicas e privadas, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado no ano de 2004, que concede bolsas parciais ou totais aos alunos, e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem por finalidade a ampliação do acesso e permanência dos alunos na rede pública (FREITAG; RUBIN-OLIVEIRA, 2015). Posteriormente, foram criados pelo Ministério da Educação (MEC), o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) os alunos podem concorrer a vagas oferecidas

pelas instituições públicas, e a recente lei de cotas. Assim, a democratização de acesso às universidades, fez com que as Instituições de Ensino Superior (IES) apresentassem variações individuais, principalmente, pelo fato de os alunos estarem inseridos em um contexto influenciado por fatores econômicos, sociais e culturais. Estas variações demandam das IES, estratégias e planejamentos, com a finalidade de mudanças para se adequar a realidade dos alunos. Neste contexto, os estudos que avaliam os fatores que influenciam para aumentar essas desigualdades, são preponderantes para incrementar medidas educacionais que visam reduzir o impacto desses fatores nos públicos mais sensíveis, como diferentes etnias, gêneros e classes sociais (RODRIGUES *et al.*, 2017). De acordo com Augusto (2007), as mudanças influenciam as formas de avaliações, pois estas, sofrem

influências do meio no qual estão inseridos e os resultados podem variar dependendo para quem ela é aplicada. Vale ressaltar que estas medidas educacionais são fundamentais para aumentar o número de ingressos na universidade, e garantir aos alunos sua permanência e conclusão do curso. Outro fator de destaque, está no fato de os alunos entrarem cada vez mais jovens nas universidades, o que engloba um complexo cenário familiar, inclusive de suporte financeiro. De acordo com Queiroz *et al.* (2015), não basta apenas garantir o acesso ao ensino superior, é necessário garantir a permanência, proporcionar conhecimento e possibilitar o bem-estar coletivo. Visando reduzir os impactos dessas desigualdades nas IES, o governo federal criou o Plano de Assistência Estudantil (PNAES), que dentre as inúmeras finalidades, uma delas é garantir aos alunos auxílio alimentação, moradia, transporte e pedagógico. De acordo com Natividade (2014), estas ações de políticas públicas proporcionam que o ambiente escolar seja menos desigual, o que favorece o encorajamento, principalmente para que os alunos das redes públicas e de diferentes posições socioeconômicas, tenham acesso de oportunidade e condições semelhantes de ensino. Atividades acadêmicas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa de Educação Tutorial (PET), monitorias, estágios, além de incentivar a permanência dos alunos no ensino superior, favorece a desenvolvimento intelectual, o fomento das capacidades interpretativas, analíticas, críticas e contributivas (CABERLON, 2003). Programas de apoio teórico e metodológico como a realização de projetos de pesquisa e extensão, despertam para a formação de novas atitudes e comportamentos. Essa modalidade teve suas regras estabelecidas desde a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, que determina em seu artigo 43º, estimular o interesse pela pesquisa científica e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Diante do exposto, ressalta-se a necessidade de conhecer a realidade dos atores principais do processo de educação profissional, seus anseios, dificuldades e suas perspectivas. Nesse sentido, objetivou-se diagnosticar o perfil socioeconômico e discutir as variáveis que podem influenciar na trajetória acadêmica dos alunos dos cursos de graduação de uma universidade pública federal.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) campus Paragominas, e faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Perfil socioeconômico e cultural dos discentes matriculados na Universidade Federal Rural da Amazônia, campus Paragominas”, cadastrado sob o número PIPG266-2017 na Pró-reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (PROPED) da UFRA. Para a coleta de dados, inicialmente foi elaborado pela equipe do projeto um questionário que serviu de instrumento de pesquisa, com o objetivo de fornecer os dados necessários para conhecer o perfil dos alunos; assim como caracterizar as diferenças socioeconômicas e culturais existentes, além de dimensionar a assistência estudantil e levantar a demanda potencial por curso, turno (manhã e tarde) e de toda instituição. O questionário foi dividido em três etapas, tais como: i) Dados socioeconômicos dos alunos (idade, gênero, autodeclaração, estado civil e existência de deficiência, condição e situação de moradia atual, deslocamento até a UFRA, remuneração, situação em relação ao orçamento familiar, recebimento de auxílio acadêmico, participação em programa social, participação em atividades

acadêmicas), ii) Dados socioeconômicos da família: (filhos, cônjuge, renda familiar em salário mínimo e quantidade de pessoas dependentes da renda) e iii) Dados de saúde, lazer/cultural e qualidade de vida: (tratamento de saúde, uso de medicação, frequência em uso de bebidas alcoólicas, tabacos e drogas ilícitas, local de acesso à internet, fonte de lazer na universidade, atividades físicas, número de refeições, infraestrutura da universidade, acompanhamento psicológico, dificuldades no contexto acadêmico, trancamento de disciplina e/ou curso e por fim as emoções mais frequentes na trajetória acadêmica). Para a coleta de dados foi calculada uma amostra estratificada por curso e turma/semestre, considerando o nível de significância $\alpha = 5\%$, com base na quantidade de alunos matriculados no 1º semestre de 2017, o que totalizou uma amostra de 197 alunos. Os questionários foram aplicados aos alunos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Estatística Aplicada (GEPEA) da UFRA, onde foram levados em consideração os seguintes critérios: preservação do anonimato do aluno pesquisado; autoaplicação do questionário, preenchimento individual do questionário, isto é, não foi permitido o preenchimento em equipe. Após a aplicação, os questionários foram revisados antes da tabulação dos dados, com objetivo de identificar possíveis erros de preenchimento de questões, bem como questões não respondidas ou respostas não claras, com o intuito de possíveis correções ou quando necessário, a aplicação de um novo questionário. Os dados obtidos por meio do questionário foram organizados em uma planilha do Microsoft Excel®, e posteriormente foi realizada a análise exploratória de dados, com o objetivo de resumir as características socioeconômicas e culturais dos alunos por meio de tabelas, gráficos e medidas descritivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo foi encontrado um número significativo de alunos na faixa etária de 19 a 23 anos (68,67%) (Tabela 1), o que sugere a busca dos jovens por uma qualificação profissional, talvez com o objetivo de ocupar uma melhor posição no mercado de trabalho. E um dos fatores que pode estar contribuindo para o favorecimento do ingresso de jovens nas instituições estudantis é a implementação de políticas públicas voltadas para a educação. Para Natividade (2014) as ações de políticas públicas para as diversas camadas sociais da juventude são de grande importância, considerando que estas ajudam a manter um ambiente igualitário e de justa concorrência no país. No Brasil os indicadores apontam que a presença de mulheres é preponderante nos diversos níveis educacionais, inclusive no ensino universitário (BARRETO, 2014), o mesmo cenário foi encontrado no presente estudo, em que foi possível observar a predominância do sexo feminino na universidade (58,33%) (Tabela 1). Tal realidade pode ser justificada como um dos fenômenos da sociedade feminina, onde as mulheres vêm conquistando novos espaços em busca de ascensão social e igualdade no mercado de trabalho, dessa forma o nível superior se torna fundamental (GUEDES, 2008). A predominância de pardos entre os entrevistados, talvez seja pelo fato da maioria dos alunos serem residentes do município de Paragominas, onde de acordo com o Censo Demográfico (2010), os pardos fazem parte do grupo majoritário desta população. Em relação ao estado civil, a maioria dos alunos se declarou solteiro (Tabela 1), o que permite interpretar que os alunos estão priorizando sua formação profissional e independência financeira. Para Garbin *et al.* (2016), a entrada dos jovens no mercado de trabalho tornou-se uma etapa necessária, inevitável e definitiva.

Tabela 1. Informações socioeconômicas de alunos entrevistados, em 2017, Paragominas-PA

Variável	%
Faixa etária (em anos)	
De 16 a 18	9,04
De 19 a 23	68,67
De 24 a 27	13,86
De 28 a 31	2,41
De 32 a 35	3,61
De 36 a 42	2,41
Gênero	
Feminino	58,33
Masculino	41,67
Autodeclaração	
Pardo(a)	71,42
Branco(a)	19,05
Pretos(a)	6,55
Amarelo(a)	2,98
Estado civil	
Solteiro(a)	88,23
Casado(a)	10,59
Viúvo(a)	0,59
Separado(a)	0,59
Situação de moradia	
Com ospais	40,72
Sozinho(a)	15,57
Com familiares	11,97
Com cônjuge/companheiro(a)	10,78
Com amigos	10,78
Com mãe ou pai	8,38
Outra	1,80
Divisão de aluguel com terceiros	
Não	66,00
Sim	34,00
Meio de transporte	
Ônibus	70,59
Motocicleta	15,88
Carro próprio	9,41
Carona	3,53
Bicicleta	0,59

Tabela 2. Medidas descritivas do valor pago por alunos que dividem aluguel com terceiros, em 2017, Paragominas-PA

Medidas descritivas	Valor (reais)
Mínimo	100,00
Média	236,00
Erro padrão	25,23
Desvio padrão	112,84
Mediana	245,00
Moda	250,00
Máximo	600,00

Tanto os homens quanto as mulheres estão priorizando os investimentos na sua formação profissional e deixando o casamento para mais tarde (ZORDAN; FALKER; WAGNER, 2009). Considerando o meio de transporte, 70,59% dos alunos se deslocam de ônibus para universidade, no entanto, alguns alunos possuem meios de transporte privados, como motocicleta (15,88%) e carro próprio (9,41%), somando 25,29% dos alunos. Para os alunos que dependem do transporte público, a prefeitura do município fornece o acesso à meia passagem estudantil, este recurso é fornecido para que os alunos, com poucas condições financeiras ou até mesmo àqueles que moram distantes da instituição de ensino, tenham acesso à educação. Segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), é direito do jovem de baixa renda ter acesso a passagens gratuitas de ônibus interestaduais e também direito ao desconto, no mínimo, de 50% do valor das passagens intermunicipais. Esse benefício é de extrema importância para os alunos, levando em consideração que no ensino superior, os alunos costumam ter pouco dinheiro somando aos custos de se

manter, a maioria das vezes, fora do seu município de origem. No tocante as condições de moradia, 34% dos alunos dividem aluguel com terceiros (Tabela 1), é importante ressaltar que, a maioria dos alunos divide as despesas de aluguel entre si, alguns vivem em espécies de república, para que o valor das despesas não seja tão alto e também para que as dificuldades financeiras não afetem tanto em sua carreira acadêmica. Para Picanço (2015) a renda ainda é um fator limitante para os alunos de ensino superior, conforme foi revelado no presente estudo, onde os alunos possuem um custo mensal médio com aluguel de R\$ 236,00 ± R\$ 112,84 (Tabela 2). Pode-se observar também na Tabela 2 que o valor máximo pago mensalmente é de R\$ 600,00 e o mínimo é de R\$ 100,00. É importante ressaltar que 39,41% dos alunos estão desempregados, 38,24% nunca trabalharam e 8,23% são autônomos, assim 85,88% dos alunos não possuem renda fixa (Tabela 3), e para complementar estes dados destaca-se que 77,33% dos alunos dependem financeiramente dos pais. O fato da maioria dos alunos estarem desempregados pode ser devido à dificuldade de conciliar um curso de graduação com um emprego, mesmo que este seja de meio período. Segundo Barr (2012), a educação afeta diversas dimensões da vida social e econômica de um país, além de produzir benefícios que são privadamente apropriados pelos indivíduos, tais como habilidades, atitudes e valores.

Quanto mais se investe em educação, maior é o retorno à sociedade em termos de bem-estar, redução das desigualdades e das taxas de fecundidade e mortalidade (MENDONÇA, 2000). No caso do ensino superior, uma tentativa de suavizar o problema de acesso limitado de certos grupos consiste na aplicação de políticas de ação afirmativa. As ações afirmativas podem ser compreendidas como programas que buscam prover oportunidades ou outros benefícios para pessoas pertencentes a grupos específicos, alvo de discriminação ou com pouco acesso a recursos (IPEA, 2008). Para ampliar as condições de permanência dos jovens na universidade e reduzir a dificuldade financeira, o governo federal criou o Plano de Assistência Estudantil (PNAES) a partir do Decreto Nº 7.234, publicado em 19 de julho de 2010, com a finalidade de democratizar as condições de estabilidade dos jovens na educação superior pública federal, reduzir os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e também na conclusão da educação superior e contribuir para a promoção da inclusão social por meio da educação. No presente estudo, ao serem questionados sobre o recebimento de auxílio acadêmico, 75% declararam que não recebem auxílio (Tabela 3), considerando a atual situação socioeconômica na região norte do Brasil, este percentual mostra a dificuldade dos alunos em ter acesso a esses benefícios, que pode ser causado por falta de informação sobre tais auxílios, ou pela pouca distribuição de verba para atender a totalidade de alunos com necessidade de receber o auxílio, assim como outros problemas, a saber, referentes às documentações exigidas e a burocracia no processo. Dentre os 25% dos alunos que recebem auxílio acadêmico, 94,44% recebem auxílio do PNAES, enquanto que 5,56% recebem auxílio emergencial (Tabela 3).

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, onde a própria universidade é responsável por avaliar e conceder esses auxílios. Quando questionados sobre a participação em programas sociais, 97,02% dos alunos não são beneficiários de

programas sociais, e somente uma pequena parcela representada por 2,98% é beneficiada (Tabela 3), onde 50,00% desses beneficiados recebem bolsa família que tem como finalidade o desenvolvimento social e combate a fome.

Tabela 3. Informações socioeconômicas de alunos entrevistados, em 2017, Paragominas-PA

Variável	%
Trabalho	
Desempregado(a)	39,41
Nuncatrabalhou	38,24
Empregado(a)	12,94
Autônomo(a)	8,23
Recebe pensão	1,18
Recebe auxílio acadêmico	
Não	75,00
Sim	25,00
Tipo de auxílio	
PNAES	94,44
Emergencial	5,56
Beneficiário(a) de programa social	
Não	97,02
Sim	2,98

Na Figura 1 estão elencadas as distribuições percentuais dos que participam de alguma atividade institucional voltada a estimular a permanência dos jovens no ensino superior por meio da aplicação do desenvolvimento científico. Foi observado que, 43,86% dos alunos estão inseridos em programas de apoio à pesquisa como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), seguido por 19,30% que estão participando de algum tipo de estágio ofertados pela instituição ou empresas parceiras.

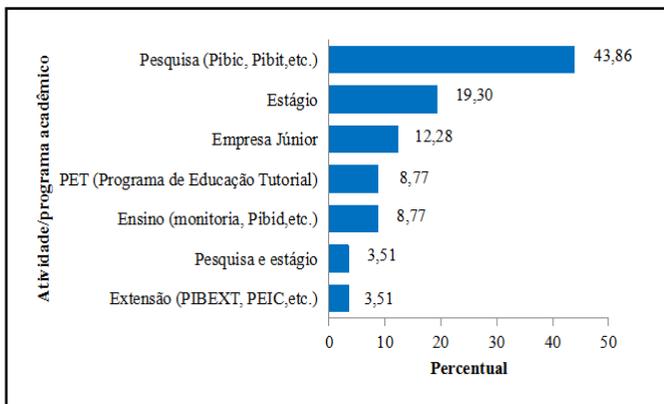


Figura 1. Percentual de alunos entrevistados, em 2017, Paragominas-PA, por tipo de atividade/programa acadêmico

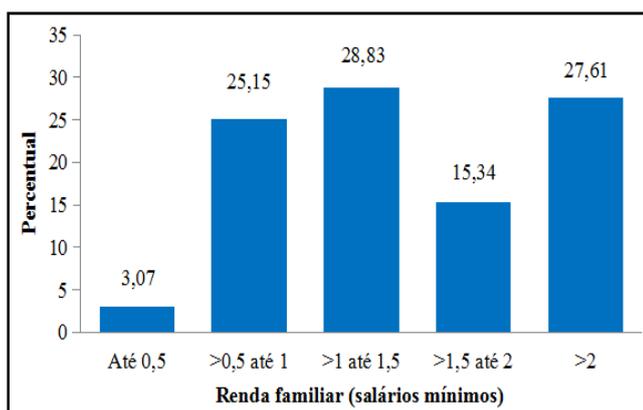


Figura 2. Percentual de alunos entrevistados, em 2017, Paragominas-PA, por renda familiar (salários mínimos)

Segundo Santos *et al.* (2016) e Massi e Queiroz (2015), alunos inseridos no ambiente acadêmico interativo que proporcione a busca do conhecimento por meio de debates e pesquisas, desenvolvem-se pessoas bem relacionadas e proativas, capazes de encontrar soluções para os mais variados problemas. Os programas acadêmicos surgem não somente com o propósito de incentivar o ensino, a pesquisa e a extensão, mas também possuem o papel de formar pessoas mais independentes e capazes de lidar com os problemas do dia a dia e principalmente, aqueles ligados a sua realidade (LIMA *et al.*, 2017; NERVO; FERREIRA, 2015). Quando perguntado aos alunos se as atividades acadêmicas tinham algum tipo de remuneração, 80,00% dos alunos responderam que não recebem nenhum tipo de suporte financeiro para a realização das atividades de pesquisa ou extensão. Apenas 20% responderam ter algum tipo de gratificação fruto do vínculo com a instituição. O número reduzido de alunos que recebem bolsas dentro da universidade está estritamente ligado aos problemas políticos institucionais instaurados no país nos últimos anos, que destinam os recursos existentes para a quitação das dívidas públicas, distanciando assim as oportunidades do desenvolvimento da ciência dos futuros pesquisadores (ESTEVAO *et al.*, 2018). Os alunos universitários que participam de atividades, programas de pesquisa ou extensão acadêmica com remuneração, recebem em média de R\$ 396,67 ± R\$ 83,38. De acordo com informações obtidas do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), os valores aqui elencados estão distantes de valores pagos nacionalmente, fazendo uma simples comparação dos valores obtidos no levantamento com a média nacional do ano de 2018 foi notado uma diferença de aproximadamente 58%, podendo ser explicado pelas peculiaridades da região da pesquisa, onde é raro o apoio externo e ocorre pouco reconhecimento por parte das empresas privadas sobre as atividades exercidas pelos alunos das universidades à comunidade.

Quando perguntado aos alunos se eles possuem filhos, foi verificado que 8,24% dos alunos responderam que sim, em contraste com 91,76% que responderam que não possuem filhos. O percentual de alunos que possuem filhos apesar de ser reduzido, já pode ser considerado suficiente para a criação de programas internos na universidade que sirvam de apoio a estes alunos, tanto para as grávidas quanto aos que já são pais, para que futuramente não se tenha outros problemas comuns à realidade brasileira, como os altos índices de evasão escolar, principalmente para pessoas do sexo feminino após a maternidade (DIAS; THEOPHILO; LOPES, 2010). A idade média dos filhos é de 8,11 ± 5,69 anos, sendo 1 ano a idade mínima e 17 anos a idade máxima. Independentemente da idade dos filhos, é sempre um grande desafio a permanência do estudante que já são pais na graduação. Os pais que possuem crianças entre 1 e 3 anos, necessitam de suporte em creches e têm que lidar com uma rotina desgastante. No entanto, quando os filhos chegam na idade escolar (acima de 4 anos), os pais precisam se adaptar com os horários entrada e saída dos filhos da escola (LUZ, 2019). Na universidade pesquisada, a maioria dos cursos são diurnos, coincidindo com os horários escolares. Para Lima (2017), isso acaba por gerar atrasos, faltas e prejuízos acadêmicos, além da espera das crianças pelos pais na instituição em que estudam. No entanto, o pensamento de Lima (2017) não pode ser considerado como regra, considerando que, em diversos estudos existentes que avaliam os fatores que contribuem para o baixo desempenho acadêmico, não apresentam em seus resultados, a variável

“filhos”, tais como quantidade e/ou idade dos filhos. Fatores socioeconômicos e até mesmo a escolaridade dos pais dos alunos universitários têm mais relação com o desempenho, do que a variável em análise (quantidade e idade dos filhos) (ROCHA; LELES; QUEIROZ, 2018. SILVA JUNIOR; AMORIM, 2013). Em relação à renda familiar, 28,83% dos alunos possuem renda familiar maior que 1 a 1,5 salários mínimos (Figura 2). A condição econômica dos alunos tem sido classificada como uma variável altamente relacionada ao desempenho acadêmico (ROCHA; LELES; QUEIROZ, 2018). Wing e Silva Júnior (2011) avaliaram quais os fatores que influenciariam no sucesso dos candidatos às vagas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE,) e os autores inferiram que os alunos com maior renda tinham maior probabilidade de aprovação no exame. Talvez os alunos menos favorecidos financeiramente tenham mais chances de apresentar um desempenho acadêmico inferior, não que sua capacidade intelectual seja menor que a dos outros, mas a renda contribui para aquisição de materiais importantes nos estudos (computador, livros etc.), e influencia até mesmo no trajeto de ida e volta à instituição, além de diversos outros fatores. No relatório nacional das IFES, dentre os motivos para trancar o curso, a dificuldade financeira apresentou o maior percentual (32,7%) dentre os demais. Rocha, Leles e Queiroz (2018) afirmam que é necessário que as universidades ofereçam condições institucionais adequadas para os acadêmicos de menor condição socioeconômica, a fim de que estes alcancem uma situação de igualdade perante os demais e tenham condições de atingir um desempenho satisfatório.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a maioria dos alunos pertencem a faixa etária de 19 a 23 anos, são do gênero feminino, se autodeclararam como pardos (as), são solteiros(as), usam o ônibus com meio de transporte, moram com os pais, sendo que os que não moram com os pais e dividem aluguel, gastam em média 236,0 reais na divisão de aluguel com terceiros. A maioria dos alunos não possuem filhos, estão desempregados(as) ou nunca trabalharam, não recebem auxílio acadêmico, assim como não são beneficiários de programas sociais e dependem financeiramente dos pais. Além disso, a maior parte dos alunos participa de atividades acadêmicas, porém de forma não remunerada, por fim foi possível observar que a renda familiar da maioria dos alunos está acima de 0,5 até 1,5 salários mínimos.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, R. A. Auto-avaliação institucional na visão dos coordenadores das comissões próprias de avaliação das instituições de ensino superior de Campinas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, maio/ago., p. 75, PUC-Campinas, Campinas, 2007.
- BARR, N. (2012), *Economics of the Welfare State*, Oxford University Press.
- BARRETO, A. A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*, n. 6, jul./dez. 2014.
- BRASIL. Constituição (2010). Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. DISPÕE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES. Decreto Nº ci, de 2010. Brasília, 20 jul. 2010.
- BRASIL. Constituição (2013). Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE. Brasília, 5 ago. 2013.
- CABERLON, V. I. Pesquisa e graduação na Furg: em busca de compreensões sob distintos horizontes. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Síntese das informações de Paragominas (Pa). Disponível em: <https://informacoesdobrasil.com.br/dados/para/paragominas/sintese/>. Acesso em 31 de maio 2020.
- CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA. Estagiários receberam em média R\$ 948,35 de bolsa-auxílio no primeiro semestre. Disponível em: <https://portal.ciee.org.br/instituicoes-de-ensino/estagiarios-receberam-em-media-r-94835-de-bolsa-auxilio-no-primeiro-semester/>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- DIAS, E. C. M.; THEOPHILO, C. R.; LOPES, M. A. S. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de ciências contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – MG. *In: Congresso USP de iniciação científica em contabilidade*, 7, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Êxito, 2010.
- ESTEVÃO, A. M. R., *et al.*, (coord.). Crise de financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia pública: recursos existem, mas vão para o pagamento da dívida pública. Brasília: Imprensa ANDES, 2018.
- FREITAG, B. E. B.; RUBIN-OLIVEIRA, M. Políticas de permanência: um estudo na UTFPR Campus Pato Branco/PR. *Revista de Ciências Humanas – Educação*, v. 16, n. 27, p. 38-55, 2015.
- GARBIN. A.C.; SILVA.H.A. Quero trabalhar! A experiência marcante dos processos seletivos na subjetividade de jovens. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 19, n. 1, p. 77-88, 2016.
- GUEDES, M.C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2008.
- IPEA (2008), Políticas sociais — acompanhamento e análise, TechnicalReport 15, IPEA.
- LIMA, A. F.; RODRIGUES, E. G. O.; SANTOS, V. M. M.; NERY, A. M. F.; SOUSA, J. T. F.; CRUZ, C. P.T. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação profissional. *In: Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação*, 2, 2017, UnP. Anais. Natal: UnP, 2017.
- LIMA, S. B. Pedagogia social: desafios de mães alunos no ensino superior da Universidade Federal da Paraíba. 2017. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- LUZ, F. A. Análise do planejamento familiar entre os alunos universitários. 2019. TCC (Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de médica). Centro Universitário UNIFACIG, Manhuaçu, 2019.
- MASSI, L.; QUEIROZ, S. L., (org.). Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro [online]. São Paulo: Editora: UNESP, 2015, 160 p.
- MENDONÇA, R. (2000). A oportunidade imperdível: expansão educacional e desenvolvimento humano no Brasil, PhD thesis, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- NATIVIDADE, R. C. Juventude, educação e desenvolvimento: o caso do Paranoá e as políticas

- públicas de acesso ao ensino superior no Brasil contemporâneo. (2014). 114 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- NERVO, A. C. S.; FERREIRA, F. L. A importância da pesquisa como princípio educativo para a formação científica de educandos do ensino superior. *Educação em Foco*, São Paulo, v. 1, n.7, p. 31- 40, ago. 2015.
- PICANÇO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, s.l., v. 30, n. 88, p. 145, 2 jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.17666/3088145-179/2015>.
- QUEIROZ, Z. C. L. S.; MIRANDA, G. J.; TAVARES, M.; FREITAS, S. C. A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos* (online), Brasília, v. 96, n. 243, p. 299-320, 2015.
- ROCHA, A. L. P.; LELES, C. R.; QUEIROZ, M. G. Fatores associados ao desempenho acadêmico de alunos de Nutrição no Enade. *Revista brasileira Estud. Pedagogia*, Brasília, v. 99, n. 251, p. 74-94, jan./abr. 2018. Acesso em: 02/06/2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-74.pdf>>.
- Contemporânea de Contabilidade. Florianópolis, v. 14, n. 33, p. 101-117, set./dez. 2017.
- SANTOS, V. M. M.; SOUSA, J. T. F.; LIMA, A. F.; NERY, A. M. F.; RODRIGUES, E. G. O.; CRUZ, C. P. T. CÂMARA, E. S. Team-Based Learning: uso no ensino da engenharia civil. *In: Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia*, 44, 2016, UFRN. Anais. Natal: UFRN, 2016.
- SILVA JUNIOR, L. H.; AMORIM, J. G. Fatores socioeconômicos que influenciam o desempenho educacional: uma análise dos alunos concluintes da autarquia educacional de Belo Jardim no agreste de Pernambuco. *Economia e Desenvolvimento*, Recife (PE), v. 12, n. 2, 2013.
- WING, N. G.; SILVA JÚNIOR, L. H. Determinantes Socioeconômicos na Probabilidade de Aprovação no Exame Vestibular: Uma análise entre os *Campi* da Universidade Federal de Pernambuco. *Planejamento e Políticas Públicas – PPP*, n. 37, jul./dez. 2011.
- ZORDAN, E.P.; FALKER, D.; WAGNER, A. Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-76, ago. 2009.

RODRIGUES, D. S.; SANTOS, N. A.; SANTANA, M. S.; LEMES, A. P. M. Diferenças entre gênero, etnia e perfil socioeconômico no exame nacional de desempenho do estudante do curso de ciências contábeis. *Revista*